

e mediadores políticos. Porto Alegre/Brasília: Editora da UFRGS/PGDR/NEAD, 2008b, v.1.

_____. Políticas públicas: mediação e gestão de demandas sociais. Retratos de Assentamentos. V.15, pp. 45-67, 2011.

PACHECO, Maria Emilia Lisboa. Revista Agriculturas. Experiências em Agroecologia. Rio de Janeiro. V. 6 nº4, dezembro de 2009, pp. 4-8.

PADIOLEAU, J. L'État au concret, Paris, PUF, 1982.

PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. Estudos Feministas. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Comunicação e Expressão, v. 12, n. 1, 2004. (citado por Pacheco, 2009)

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz e SANTOS (Jr), Orlando Alves – "Cidadania e democracia: o sentido das eleições municipais." Proposta. Rio de Janeiro, FASE, ano 24, nº 69, junho de 1996, pp. 23-27.

SOUZA, C. Políticas Públicas: Uma Revisão da Literatura. Sociologias (UFRGS), Porto Alegre, v. 8, n. 16, pp. 20-45, 2006.

TELLES, Vera da Silva. A pobreza como condição de vida. São Paulo em perspectiva, 1996. (Série 10, (4), pp. 85-119).

TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais. Afinal do que se trata. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006 (1999), segunda reimpressão.

TÉNÉDOS, Julien. L'économie domestique. Entretien avec Florence Weber. Paris, Aux lieux d'être. 2006.

TREPOS, J.-Y. La sociologie de l'expertise. Paris, PUF, 1996.

WEBER, Florence. Transactions marchandes, échanges rituels, reations personnelles. Une ethnographie économique après le grand partage. Gêneses, n. 41, décembre 2000, pp. 85-106.

WEBER, Florence. Le travail à-côté. Étude d'ethnographie ouvrière, éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales. Paris [1989], réimpressions, 2001.

PERCURSOS POLÍTICOS E METODOLÓGICOS DE UMA PESQUISA-AÇÃO

Ana Paula Portella¹
Carmen Silva²

RESUMO

Neste artigo, apresentamos o percurso metodológico da pesquisa Mulher e Trabalho na Agricultura Familiar, realizada pelo SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia e o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste, entre 1999 e 2004. Para isso, entendemos metodologia na acepção de Minayo (1996), como um caminho e um instrumental próprios para a abordagem da realidade, que articulam as concepções teóricas, o conjunto das técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e o potencial criativo do/a pesquisador/a. Além disso, a metodologia compreende o par concepção e processo, sendo a concepção que temos sobre um determinado fenômeno e o próprio processo em que se dá a investigação sobre o mesmo e sendo as técnicas que permitem a execução da metodologia partes tanto da concepção quanto do processo

1 psicóloga, mestra em Saúde Pública e doutoranda de Sociologia na UFPE. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Criminalidade, Violência e Políticas Públicas de Segurança do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE e consultora nas áreas de gênero, violência e saúde. (a_portella@uol.com.br 55-81-32216071/9967342).

2 Jornalista, mestra em Educação e doutoranda de Sociologia na UFPE. Pesquisadora e educadora do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia (sos@soscorpo.org.br e www.soscorpo.org.br 55-81-30872086).

(PORTELLA; GOUVEIA, 1998). No caso específico da pesquisa apresentada neste artigo, sua origem localiza-se muito antes do início das atividades de pesquisa propriamente ditas e, por isso, iniciamos com uma breve análise sobre o modo como o próprio problema de investigação foi construído e, em seguida, apresentamos a descrição dos processos e das decisões metodológicas que orientaram o nosso trabalho, finalizando com algumas questões éticas e metodológicas para a pesquisa feminista.

Palavras-chave: Métodos de pesquisa, pesquisa-ação, mulheres rurais, gênero.

ABSTRACT

In this article we present the methodological approach of the research Women and Work in Family Farming, carried out by SOS Corpo Feminist Institute for Democracy and the Movement of Rural Women Workers in the Northeast between 1999 and 2004. We understand the concept of methodology as a way and a tool to approach reality, which articulates theoretical concepts, the set of techniques that allow the apprehension of reality and the creative potential of the researcher (Minayo, 1996). Furthermore, the method comprises the pair conception/research process and the techniques that allow the implementation of the methods well as the design of the process (PORTELLA; GOUVEIA, 1998). In the specific case of the research presented in this article, its origin is located well before the beginning of the research activities themselves and, therefore, it begins with a brief analysis of how the research problem itself was built and then we present a description of the processes and methodological decisions that guided our work, ending with some ethical and methodological issues for feminist research.

Key-words: Research methods, action-research, rural women, gender.

MULHERES E TRABALHO AGRÍCOLA: A CONSTRUÇÃO DE UM PROBLEMA

No Brasil, a organização política das trabalhadoras rurais tem uma de suas origens em Pernambuco, onde, assim como em outros estados do Brasil, se inicia concomitantemente ao surgimento das oposições sindicais que, no início dos anos 80, se reorganizavam para a retomada das direções de Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STRs, até aquele momento em mãos de diretorias vinculadas aos grupos políticos tradicionais da região, sem compromisso com a luta por direitos dos/as trabalhadores/as. Desde o início, as trabalhadoras já se articulavam com grupos femi-

nistas urbanos, entre os quais estava o SOS Corpo, para quem a temática da condição da trabalhadora rural e, conseqüentemente, do trabalho das mulheres rurais tornou-se parte de sua agenda política. Ações educativas voltadas para as trabalhadoras invariavelmente tinham como tema as questões da identidade da trabalhadora e da articulação entre produção e reprodução na agricultura familiar³. Eventualmente, as assalariadas rurais estiveram presentes nessas ações, mas, na sua ampla maioria, as trabalhadoras envolvidas em tais atividades eram pequenas produtoras de agricultura familiar de diferentes regiões do Nordeste.

No período de 1992 a 1995, realizamos uma pesquisa qualitativa (PORTELLA et al., 2005) envolvendo trabalhadoras e trabalhadores de sete municípios do Sertão por um período de dois anos. O tema dessa pesquisa era direitos reprodutivos, mas, como era de se esperar, os temas do trabalho e da articulação entre as esferas produtiva e reprodutiva sobressaíram em nossos resultados como um lugar central de subordinação de gênero, para além da classe, cujos efeitos podem ser observados em diferentes esferas da vida das mulheres, como a sexualidade, a saúde, a vida social e política e, mais importante, na sua própria condição de (não) cidadãs.

Simultaneamente a essas atividades, desenvolvemos uma ação de assessoria político-educativa para a recém-conquistada Comissão de Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, entre 1992 e 1994, cuja direção iria, pela primeira vez, realizar um trabalho voltado para a incorporação da perspectiva de gênero na política sindical e para o fortalecimento da participação das mulheres no sindicalismo rural, o que nos propiciou uma dupla oportunidade. Em primeiro lugar, a de construir uma metodologia de trabalho educativo com os temas da família, da produção e da participação política, com um enfoque feminista, voltada especificamente para a produção agrícola em diferentes contextos, do assalariamento aos sistemas integrados de agricultura familiar, passando pelo extrativismo e pela agricultura familiar tradicional⁴. A segunda oportunidade foi poder desenvolver, na prática, essa metodologia junto a dirigentes sindicais, homens e mulheres, de todo o Brasil, em um trabalho conjunto com a Comissão de Mulheres da CONTAG. Também aqui se repetiu a constatação da centralidade do tra-

3 Junto a estes, foram também importantes alguns dos temas clássicos do feminismo, como corpo, sexualidade e saúde, bem como a educação diferenciada de meninos e meninas e políticas sociais

4 A sistematização desta metodologia está publicada em Pacheco, M. E. L. & Camurça, S. (Orgs.) (1997). Programa Integrado de Capacitação em Gênero: Desenvolvimento, Democracia e Políticas públicas. Rio de Janeiro/Recife: Centro de Cultura Luís Freire, Fase, Ibase e SOS Corpo.

balho para a identidade e a condição da trabalhadora (e do trabalhador) rural e, em função da complexa articulação entre produção, reprodução e família, central também para a subordinação das mulheres.

A recorrência das questões nos abriu dois caminhos, o primeiro mais diretamente político, e o segundo, investigativo. Na primeira senda, percebemos a necessidade de aprofundar o debate a respeito das implicações de gênero presentes nos diferentes modelos de agricultura familiar e nos projetos de política agrícola e agrária propostos e defendidos pelo movimento sindical rural e pelo Governo Federal. Aqui, tratava-se menos de uma questão técnica e mais, muito mais, da construção de espaço e legitimidade política para consolidar o tema no movimento, o que implicava a ação direta do próprio movimento de trabalhadoras rurais. Isso trazia problemas adicionais: como aprofundar, amadurecer e apropriar-se de um tema novo e complexo, sobre o qual havia pouca produção teórica, em um movimento que se enfrentava com desafios concretos para a sua própria constituição política? Essa era uma questão que só poderia ser respondida pelo próprio movimento de trabalhadoras rurais, que tomou para si essa tarefa sem que, contudo, obtivesse grandes sucessos, seja por suas próprias dificuldades organizativas e políticas ou, mais importante, pela significativa resistência das direções sindicais estaduais e nacionais, cujo interesse no tema das relações de gênero circunscrevia-se aos limites da família ou da relação na comunidade, não alcançando as questões estruturais do desenvolvimento rural no país. O fato é que cruzamos a barreira do milênio e os movimentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, em suas mais diferentes vertentes, não lograram construir uma proposta de desenvolvimento rural ou de desenvolvimento da agricultura familiar que incorporasse plenamente o problema da subordinação das mulheres.

O segundo caminho que seguimos nesse mesmo período foi, como dissemos, o investigativo, que se deu através de consultoria a uma pesquisa realizada pela equipe técnica da organização não governamental Fase⁵, sediada em Cáceres-MT, como parte do Programa Integrado de Capacitação em Gênero, que envolveu quatro ONGs em um longo processo de incorporação da perspectiva de gênero em seus programas e projetos. Em Cáceres, a ideia era incorporar a dimensão de gênero no trabalho de assessoria técnica e política desenvolvido pela equipe junto a pequenos/as agricultores/as. Para isso, construímos um minucioso

5 Publicada em Pacheco, M. E. L. & Camurça, S. (Orgs.) (1997), op. cit.,

instrumento de pesquisa, que era um híbrido do questionário aplicado pelos/as agrônomos/as em seus diagnósticos e monitoramento dos estabelecimentos agrícolas com questões oriundas de pesquisas qualitativas realizadas pelo movimento feminista. Esse trabalho resultou em uma descrição detalhada de todas as atividades realizadas por homens e mulheres no estabelecimento agrícola, apresentando-nos um quadro surpreendente de superexploração da força de trabalho das mulheres, de evidente desigualdade entre homens e mulheres e de clara injustiça na repartição dos benefícios do trabalho. O que sabíamos com base em relatos de homens e mulheres em atividades educativas estava agora documentado, valendo-se do olhar de técnicos/as que até suspeitavam que fossem encontrar alguma desigualdade, mas nunca imaginaram que seria tanta e tão cristalizada. A partir de então, atividades semelhantes foram repetidas em outras ONGs, em contextos diferenciados, com resultados muito similares aos de Cáceres⁶.

O que encontramos em todos esses levantamentos e diagnósticos foi uma descrição pormenorizada do contexto de subordinação das mulheres como um dos elementos estruturais da própria agricultura familiar. Tal como existe atualmente, esse modelo de agricultura familiar só sobrevive graças ao "sobretabalho" das mulheres e à concentração do poder e dos recursos econômicos na figura de um único homem. Resumidamente, e como está exhaustivamente descrito em toda a literatura voltada para o tema de gênero e trabalho agrícola, temos o seguinte quadro: no plano do discurso, as mulheres são entendidas como as responsáveis e executoras exclusivas do trabalho doméstico e dos cuidados com as crianças, os idosos e os doentes, mas, na prática, são também as responsáveis – em geral exclusivas, porém, às vezes contando com o apoio de crianças e adolescentes – pelas atividades ligadas a horta, pomar, pequenos animais e beneficiamento de produtos. Além disso, participam, em condições de igualdade com os homens, das atividades de roça e ainda realizam algumas atividades de pecuária, quando as há. O homem, por sua vez, é entendido como o responsável pela atividade produtiva "em si", mas, na prática, cuida diretamente apenas da roça e do gado bovino.

A legitimidade desse tipo de arranjo está na própria imbricação entre as noções de família e produção ou, se se quiser, na ideia de uma família pro-

6 Com maior ou menor sofisticação e grau de profundidade, levantamentos desse tipo foram realizados em Tauá-CE, Pedreiras-MA e Esperantina-PI, como parte das ações de consultoria do SOS Corpo a ONGs que atuavam nessas áreas.

dutiva, na qual os princípios familiares são organizadores da produção, e não o contrário. A centralidade da figura masculina na família estende-se de modo “natural” para a esfera da produção, ficando em suas mãos o poder de decidir e organizar o trabalho, bem como o de fazer a ligação entre a unidade familiar e o ambiente externo, pela comercialização dos produtos e pela aquisição no mercado de bens não produzidos pela família. É ele, portanto, a figura pública representativa do grupo familiar que trabalha e, sendo chefe da família, é também chefe dos/as trabalhadores/as e detentor dos recursos monetários auferidos com a produção, sobre cujo uso e cuja distribuição ele também tem o poder de decidir. Mais do que qualquer outro tipo de trabalho, com exceção do doméstico, o trabalho das mulheres na agricultura nos leva diretamente às relações familiares como *locus* produtor de desigualdades e nos desafia, portanto, a questionar os modelos de desenvolvimento rural e, em particular, os voltados especificamente para a agricultura familiar, que, é mister reconhecer, pouco problematizam essa questão. As propostas mais progressistas nesse campo, que explicitamente incorporam uma perspectiva de gênero, ainda têm um alcance muito limitado e propõem alterações no interior do próprio modelo de agricultura familiar. De maneira geral, portanto, a ideia de agricultura familiar, ou de um sistema produtivo baseado na família, continua intocada e, enquanto assim permanecer, permanecerão também as condições de reprodução da subordinação das mulheres.

Depois de quase vinte anos de trabalho, parecíamos estar chegando a muitos impasses e a poucas respostas. No campo teórico, ampliara-se a produção sobre gênero e desenvolvimento rural e gênero e agricultura: são muitos os estudos de caso realizados em todo o Brasil, assim como diagnósticos e levantamentos quantitativos que nos oferecem análises importantes sobre a situação das mulheres nas áreas rurais. No campo político, por sua vez, assistimos à diversificação dos movimentos sociais rurais, especialmente com o surgimento dos diferentes movimentos de sem-terra. No plano econômico, proliferam também as redes de agricultura alternativa que implementam novos modelos de produção agrícola, com resultados que, se ainda não são economicamente relevantes, apontam para interessantes mudanças no campo socioambiental. Cresce também o número de assentamentos da reforma agrária, a grande maioria dos quais apresentam graves problemas de financiamento e organização da produção. Finalmente, o próprio Governo Federal, na gestão Fernando Henrique Cardoso, investiu na elaboração e implementação de programas que, comparados aos anteriores, podem ser considerados inovadores, mas que, apresentando sérios problemas de concepção e estrutura, terminaram por produzir re-

sultados pífios, para dizer o mínimo. Durante o governo Lula, o Ministério do Desenvolvimento Agrário criou uma área de gênero e a Secretaria de Políticas para Mulheres incluiu as mulheres rurais como uma de suas prioridades. Como decorrência dessas iniciativas, um conjunto sistemático de ações voltadas para as desigualdades de gênero nos contextos rurais vem sendo desenvolvido nos últimos anos, mas estava ainda em seus primeiros passos à época da realização da pesquisa e, por isso, seus impactos e resultados não puderam ser aqui tratados.

Como resultado desse processo, foram raras as respostas satisfatórias para as questões que tratamos acima e, sobretudo, para a elaboração de projetos de desenvolvimento rural e agricultura familiar que efetivamente produzissem igualdade e democracia nas relações entre mulheres e homens. Uma dificuldade adicional, no entanto, era a pouca relevância da discussão do desenvolvimento rural no âmbito do movimento de mulheres trabalhadoras rurais, em geral, e do MMTR/NE, em particular, o que criava problemas para a constituição de um sujeito político que vocalizasse a questão de gênero e desenvolvimento rural com o grau de profundidade e radicalidade política que ela exigia. Numa clara inflexão de gênero, dessa vez no campo dos próprios movimentos sociais, a discussão sobre esse tema, assim como muitos outros considerados áridos por serem estruturais e/ou macroeconômicos, parecia encontrar limites concretos para chegar até as organizações de mulheres, concentrando-se nas direções dos movimentos e dos sindicatos e, entre estes, nas diretorias invariavelmente ocupadas por homens. É importante lembrar que, como em outros movimentos mistos que contam com organização específica de mulheres, também no movimento de trabalhadores/as rurais, as mulheres e alguns dos temas trazidos por elas foram, em alguma medida, “guetificados” em secretarias e comissões específicas. Se, por um lado, esses são mecanismos de construção de identidade e fortalecimento da organização, por outro, têm se constituído em impedimento para a articulação e o diálogo entre mulheres e homens e para a incorporação das questões de gênero na pauta política dos movimentos. Nada poderia ser mais tradicional e conservador do que esse arranjo quase “natural” que alocou as políticas e questões sociais para as organizações e os movimentos de mulheres e as políticas e questões econômicas para o movimento misto ou, para ser ainda mais tradicional, o movimento “geral”, universal, que supostamente trataria de toda a classe de trabalhadores/as rurais. Aos homens, representantes privilegiados desse movimento “universal”, cabem pensar e promover as transformações estruturais e, às mulheres, tal como na família, cabem pensar e promover as políticas

corretoras das desigualdades produzidas pelas estruturas econômicas e sociais, enquanto a transformação não vem... O fato é que, pouco a pouco, os movimentos de mulheres rurais, tendo em boa medida superado o problema da identidade da trabalhadora rural, voltam-se prioritariamente para os problemas básicos da cidadania das mulheres, seja através da questão da documentação ou do acesso a serviços públicos.

Os projetos de agricultura alternativa, por sua vez, que poderiam ser um excelente espaço de experimentação da igualdade de gênero e da construção de experiências também alternativas de relações entre mulheres e homens, com algumas exceções, pouco se articulam com os movimentos de mulheres rurais. No caso específico do MMTR/NE, não há envolvimento dos grupos de mulheres que o compõem com projetos dessa natureza, o que lhes tira a oportunidade de discutir questões técnicas e políticas importantes relacionadas à produção e à comercialização, excluindo-os ainda da possibilidade de gerar recursos monetários — elemento imprescindível para a construção da autonomia das mulheres. Para nós, portanto, interessava desvelar, mais uma vez, os meandros da subordinação das mulheres no campo da produção agrícola, enfocando, sobretudo, a relação entre trabalho produtivo e reprodutivo e entre família e produção. Mas não nos interessava elaborar mais um material sobre o cotidiano e a sobrecarga de trabalho das mulheres, que viesse somar-se aos muitos já existentes no país.

Mais do que produzir informações ou revelar situações, nos interessava construir processos de conhecimento e apropriação da realidade nos quais sujeitos políticos também se constituíssem e se dotassem da capacidade coletiva de inventar respostas e soluções para os problemas identificados. Queríamos, na verdade, produzir conhecimento capaz de responder à falta de informação e análise sobre a realidade com base na qual as trabalhadoras atuam. Essa era uma tarefa também do movimento, do qual seríamos parceiras políticas, na construção do próprio problema e das condições de seu enfrentamento.

A PESQUISA-AÇÃO NA TEORIA E NA PRÁTICA

Por essas razões, a pesquisa-ação pareceu o melhor meio de alcançar nossos objetivos, já que permitiria uma aproximação do problema com fundamento em realidades concretas e limitadas, ao mesmo tempo em que permitiria a construção de um novo olhar por parte das trabalha-

doras. Essa metodologia já nos era familiar: em 1992, por solicitação da Coordenação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, coordenamos um processo de pesquisa-ação em todo o país, que produziu um perfil da trabalhadora doméstica para orientar as discussões políticas do Congresso Nacional da categoria. Sabíamos, portanto, que, para os nossos propósitos, a pesquisa-ação seria adequada.

Nossa parceria nesta pesquisa foi com o MMTR/NE, através da sua coordenação e da secretaria-executiva. Os acordos iniciais a respeito do trabalho foram feitos em reuniões de negociação entre a equipe do SOS Corpo, composta de pesquisadoras e educadoras⁷, e a secretaria-executiva do MMTR/NE, representada por trabalhadoras e assessoras. Nesses encontros, num total de três, foram discutidos os problemas políticos que gostaríamos de enfrentar e as possibilidades concretas de realização do trabalho. Uma das dificuldades enfrentadas pelo MMTR/NE em seu trabalho na região era o processo de formação política de suas coordenadoras, todas trabalhadoras rurais, lideranças comunitárias provenientes de contextos os mais diversos, que compartilhavam, contudo, da pouca escolaridade e do acesso reduzido a informações, como a maioria das mulheres rurais. Além disso, o fato de ser uma articulação regional e de passar por problemas de financiamento dificultava, por sua vez, a realização de processos de formação política pelo próprio MMTR/NE. Juntos, esses dois fatores afetavam a sua capacidade de liderança e, como consequência, o próprio movimento, razão pela qual o processo de pesquisa-ação foi entendido também como uma oportunidade de formação para as coordenadoras do MMTR/NE, já que, até chegarmos ao “trabalho de campo”, teríamos um longo processo de discussão e análise da situação do trabalho das mulheres rurais.

Por isso, a ideia inicial foi envolver na pesquisa uma coordenadora de cada estado do Nordeste, que desenvolveria o trabalho em sua própria comunidade e, com isso, pretendíamos também reforçar a sua ação de liderança nas comunidades e garantir a realização direta de atividades no nível local que viessem a beneficiar as mulheres ali residentes, seja durante o próprio trabalho de campo ou durante o processo de devolução dos resultados e do planejamento das ações.

7 7 Fizeram parte desse processo, em diferentes momentos, as seguintes pesquisadoras e educadoras do SOS Corpo: Ana Paula Portella, Maria Betania Ávila, Carmen Silva, Enaide Teixeira, Rosana Lucena, Silvia Camurça, Simone Ferreira e Taciana Gouveia. Pelo MMTR/NE, participaram, além das pesquisadoras, Auxiliadora Cabral, Maria Lúcia Araújo, Margarida Pereira da Silva e Vanete Almeida. Das oficinas de pesquisa, descritas mais adiante, participaram todas as trabalhadoras rurais, três integrantes do SOS Corpo e duas ou três assessoras do MMTR/NE.

A metodologia da pesquisa-ação pode ser definida como um tipo de pesquisa social com base empírica, concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os/as pesquisadores/as e os/as participantes representativos/as da situação ou do problema estão envolvidos/as de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1986, p.14). No trabalho com a pesquisa-ação, segundo Thiollent (1986), há três propósitos a serem alcançados: a resolução de problemas, a tomada de consciência e a produção de conhecimento, por meio de, “realmente, uma ação por parte das pessoas ou dos grupos implicados nos problemas sob observação” (p. 15). Além disso, o tipo de ação deve ser, de fato, uma ação problemática, merecendo investigação para ser elaborada e conduzida. Como se pode observar, essa metodologia adequava-se às questões que então nos colocávamos.

A estratégia metodológica da pesquisa-ação apresenta seis características principais, de acordo com Thiollent, que apresentamos a seguir, já acompanhadas de alguns comentários relativos ao modo como aconteceram em nossa pesquisa, entendendo o SOS Corpo como *coordenação técnica da pesquisa*, que corresponderia à categoria de *pesquisador*, de Thiollent, e o MMTR/NE como as *pesquisadoras*, ou, nas palavras de Thiollent, *pessoas implicadas na situação investigada*:

a) *Há uma ampla e explícita interação entre pesquisador e pessoas implicadas na situação investigada.* A relação política entre o SOS Corpo e o MMTR/NE remonta às origens das duas organizações no início dos anos 80, período em que também se iniciaram as ações político-educativas do SOS Corpo junto a trabalhadoras rurais.

b) *Dessa interação, resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta.* A construção do problema que resultou na proposta de realização de uma pesquisa-ação foi um produto direto da nossa ação junto às trabalhadoras rurais, ao MMTR/NE e ao movimento sindical ao longo de quase vinte anos, e a definição das questões de pesquisa e dos procedimentos técnicos e metodológicos foram produto do próprio processo de pesquisa-ação que, como se verá a seguir, envolveu diferentes momentos coletivos de negociação, reflexão, formação e investigação.

c) *O objeto de investigação não é constituído pelas pessoas, e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nessa situação.* Pretendíamos entender de que modo acontece a divisão

sexual do trabalho no contexto complexo da agricultura familiar, ao mesmo tempo em que queríamos problematizar o modo como o tema do desenvolvimento rural e da agricultura familiar é tratado pelas lideranças de trabalhadoras rurais do MMTR/NE.

d) *O objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada.* O conhecimento produzido pela pesquisa e o conhecimento adquirido pelas pesquisadoras devem auxiliar tanto o MMTR/NE quanto o SOS Corpo na definição de suas intervenções no campo do trabalho das mulheres, da agricultura familiar e do desenvolvimento rural.

e) *Há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação.* Não fizemos exatamente um acompanhamento, mas trabalhamos juntas durante toda a pesquisa, salvaguardando, porém, responsabilidades específicas de cada instituição, de acordo com suas possibilidades materiais e financeiras, seus interesses e/ou formação especializada. Ao SOS Corpo, coube o financiamento e o gerenciamento administrativo e financeiro do projeto, bem como as atividades de secretaria, relatoria, sistematização, montagem e alimentação de banco de dados; o treinamento das pesquisadoras; a finalização dos instrumentos de pesquisa; a supervisão do trabalho de campo; a realização das primeiras análises para debate no grupo de pesquisa; a organização da infraestrutura das oficinas; e a redação dos materiais, incluindo esta publicação. Ao MMTR/NE, coube a articulação e a negociação entre os grupos de mulheres e a coordenação do movimento; a seleção das pesquisadoras, a montagem da logística e parte da supervisão do trabalho de campo; a organização e o acompanhamento direto da participação das coordenadoras em todo o processo.

f) *A pesquisa não se limita a uma forma de ação; pretende-se aumentar o conhecimento ou o “nível de consciência” das pessoas e dos grupos considerados.* Pretendíamos, de fato, alcançar os dois objetivos – queríamos obter uma melhor compreensão a respeito do problema do trabalho das mulheres na agricultura familiar e, ao mesmo tempo, habilitar as lideranças, o MMTR/NE e o próprio SOS Corpo a lidar politicamente com a questão.

A pesquisa-ação pode ser descrita como um conjunto de metodologias de pesquisa que buscam, ao mesmo tempo, a ação (ou a mudança) e a investigação (ou a compreensão). Isso pode ser feito através de um

processo cíclico ou em espiral, que se alterna entre a ação e a reflexão crítica, refinando continuamente, a cada ciclo, métodos, dados e interpretações, à luz da compreensão desenvolvida nos ciclos anteriores. É, portanto, um processo emergente, que toma forma à medida que cresce a compreensão do problema e é um processo interativo que converge para uma melhor compreensão dos fenômenos em questão. Na maior parte das vezes, a pesquisa é qualitativa e participativa; entre outras razões, porque se alcança mais facilmente a mudança quando as pessoas afetadas por ela estão envolvidas no processo (DICK, 2002).

Estando inteiramente voltada para os sujeitos e para o contexto do problema a ser esclarecido, a metodologia de uma pesquisa-ação, portanto, é determinada pela força da autonomia do processo investigado. A despeito disso, é possível indicar, de acordo com Thiollent (1986), as principais etapas de um processo de pesquisa-ação, entendendo que são flexíveis o bastante para se adequarem às diferentes situações de pesquisa, como foi o nosso caso: Fase Exploratória, Definição do Tema, Colocação dos Problemas, Lugar da Teoria, Hipóteses, Seminários, Campo de Observação, Amostragem e Representatividade Qualitativa, Coleta de Dados, Aprendizagem Conjunta, Saber Formal e Saber Informal, Plano de Ação e Divulgação. As etapas de aprendizagem conjunta e saber formal e informal são definidas como situações de aprendizagem coletiva que se produzem em diferentes momentos da pesquisa-ação, como a contínua inter-relação entre os dois tipos de saber envolvidos nesse processo, não podendo, a nosso ver, ser rigorosamente classificadas como etapas do processo, sendo mais bem compreendidas como elementos da pesquisa-ação presentes em todas as suas etapas. Por essa razão, em nossa descrição, não foram incluídas como etapas do processo, mas, como se verá, estiveram presentes em todo o processo.

O PROCESSO DE PESQUISA

Tomando como marco as etapas apresentadas acima, passamos a descrever o nosso processo de pesquisa.

FASE EXPLORATÓRIA E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Nessas etapas, realizam-se as atividades de definição do campo social da pesquisa e dos/as interessados/as, diagnóstico inicial da situação

para identificar problemas concretos e os principais atores do processo, definição dos objetivos, do conjunto de teorias e metodologias de apoio à interpretação da problemática e à condução do processo de aprendizagem da pesquisa-ação. Além disso, define-se a equipe de trabalho, que poderá ser integrada por pesquisadores/as e pelas pessoas envolvidas na situação a ser investigada, e das necessidades de treinamento e procede-se ao aprofundamento do problema concreto a ser estudado e para o qual se buscará um entendimento comum e uma possível solução, com o seu enquadramento teórico (THIOLLENT, 1986).

Essa fase do trabalho aconteceu durante o segundo semestre de 1999 e o primeiro semestre de 2000 e consistiu nas reuniões de equipe do SOS Corpo e da negociação entre o SOS Corpo e o MMTR/NE para a definição dos conteúdos e do desenho geral do trabalho. Para isso, avançamos na construção de uma compreensão comum a respeito do problema, com base numa revisão da literatura sobre agricultura familiar e na aproximação dos diferentes contextos produtivos nos quais as trabalhadoras estavam inseridas. Os textos selecionados foram discutidos entre a equipe do SOS Corpo e as assessoras do MMTR/NE e, a partir das questões surgidas dessa discussão, planejamos a primeira oficina com as trabalhadoras/pesquisadoras, com o objetivo de realizar a primeira aproximação coletiva do tema de pesquisa. A partir dessa oficina, desencadeamos as próximas etapas do processo.

COLOCAÇÃO DOS PROBLEMAS, LUGAR DA TEORIA, HIPÓTESES E SEMINÁRIOS

Aqui se faz a definição final do objeto da pesquisa, construído em conjunto pela equipe de pesquisa e pelos sujeitos diretamente envolvidos na situação de pesquisa. Define-se ainda o enquadramento teórico dos temas a serem investigados e os resultados da discussão já são considerados resultados parciais de pesquisa. As hipóteses são entendidas como suposições formuladas pelo/a pesquisador/a a respeito de possíveis soluções para um problema colocado na pesquisa, assumindo o caráter de condutoras do pensamento. Os seminários – no nosso caso, oficinas – funcionam como o lugar do exame, da discussão e tomada de decisões sobre a investigação, além da coordenação das atividades dos grupos (THIOLLENT, 1986). Alguns de seus principais propósitos são: definir o tema e equacionar os problemas para os quais a pesquisa se dirige; elaborar a problemática na qual serão tratados os problemas e as correspondentes hipóteses de pesquisa; constituir os grupos de

estudos e as equipes de pesquisa, coordenando as suas atividades; centralizar as informações; elaborar as interpretações; buscar soluções e definir diretrizes de ações e divulgar resultados.

Nessa etapa, que se estendeu até agosto de 2001, demos continuidade à revisão da literatura sobre agricultura familiar no Nordeste e trabalho das mulheres, realizamos três oficinas, sistematizamos os resultados dos debates e, nesse mesmo período, foi realizado o Seminário Nacional Reestruturação Produtiva, Reprodução e Gênero: Um Debate Crítico a Partir do Feminismo⁸, cujas elaborações alimentaram teórica e politicamente o desenvolvimento da pesquisa. Com isso, acordamos que o nosso problema estava centrado na divisão sexual do trabalho nos estabelecimentos de agricultura familiar. A experiência de vida das trabalhadoras e a experiência de trabalho do SOS Corpo, assim como a literatura estudada, apontavam para uma situação de profunda desigualdade nessa divisão e nos interessava registrar e entender de que modo isso acontecia nos contextos selecionados.

Na conclusão dessa etapa, tínhamos definido as áreas que fariam parte do nosso estudo e as trabalhadoras que seriam pesquisadoras. A pesquisa seria feita em sete comunidades rurais localizadas nos municípios de Esperantinópolis/MA, Itapipoca/CE, Araruna/PB, São José do Egito/PE, Inhapi/AL, Itabi/SE e Valente/BA.

CAMPO DE OBSERVAÇÃO, AMOSTRAGEM E REPRESENTATIVIDADE QUALITATIVA

Para Thiollent (1986), nessa etapa define-se o universo de pesquisa, não se valorizando os princípios da amostragem estatística, mas sim o princípio da escolha ou seleção, que orienta as pesquisas qualitativas. Para isso, realizamos três oficinas, entre agosto de 2001 e fevereiro de 2002, seguidas por momentos de elaboração do protocolo de pesquisa, dos instrumentos de pesquisa e do manual da pesquisadora.

Para o desenho da pesquisa, procedemos à recuperação coletiva das etapas já percorridas, seguida pela análise dos resultados da sistematização das oficinas anteriores, que produziram o conjunto de temas que o grupo gostaria de ver tratado na pesquisa: divisão do trabalho; uso do tempo,

⁸ 8 Seminário promovido pela Comissão Nacional de Mulheres da CUT e pelas organizações feministas SOS Corpo, Agende e Elas, no Recife, em agosto de 2001.

caracterização da mão-de-obra; comercialização e renda. O processo de tomada de decisões, bem como o lugar dos jovens, foram tomados como temas transversais, ou seja, seria dado um recorte etário à pesquisa e em todos os temas seriam abordadas questões relacionadas ao poder de decisão de homens e mulheres. Nossas hipóteses iniciais foram:

- a) Há desigualdades entre homens e mulheres no que se refere à divisão do trabalho produtivo e reprodutivo, ao uso do tempo, à utilização da mão-de-obra, às atividades de comercialização e à apropriação da renda gerada nos estabelecimentos agrícolas.
- b) As mulheres possuem a mesma capacidade dos homens no que se refere ao desenvolvimento de atividades agrícolas e comerciais.
- c) Com o seu trabalho, as mulheres contribuem tanto quanto os homens para o desenvolvimento das atividades do estabelecimento agrícola.
- d) As mulheres possuem as mesmas habilidades administrativas e financeiras dos homens.

O objetivo da pesquisa também foi definido nessa etapa, sendo assim formulado: verificar de que modo se organizam as atividades produtivas, reprodutivas e comerciais em estabelecimentos de agricultura familiar, levando em consideração o sexo e a idade dos/as componentes do domicílio. Finalmente, elegemos duas questões de pesquisa, que orientaram a elaboração dos instrumentos:

- a) Qual o perfil sociodemográfico das pessoas residentes nas localidades selecionadas?
- b) De que modo as relações de gênero estruturam as relações produtivas e reprodutivas no interior do estabelecimento agrícola?

Considerando as definições acima e as condições concretas de realização da pesquisa, o grupo decidiu que esta seria uma pesquisa qualitativa, cujos sujeitos seriam as famílias das localidades. Seriam estudadas cinco famílias por área, num total de 35, que seria o nosso universo total de pesquisa. Os critérios de elegibilidade das famílias foram: a) três famílias com pelo menos uma pessoa entre 18 e 25 anos de idade; b) todas as famílias deveriam ter na agricultura familiar a principal fonte de sustento da família e c) ser residente na área há pelo menos um ano.

Além disso, seria importante incluir, no mínimo, uma família chefiada por mulher e uma família com crianças e jovens menores de 18 anos.

As técnicas de pesquisa foram definidas também nessa etapa: entrevista com uso de questionário com questões abertas e fechadas e observação do cotidiano das famílias. As razões para a escolha dessas técnicas foram a capacidade que apresentam para oferecer as informações que desejávamos, a possibilidade de capacitação das pesquisadoras para utilizá-las e a relativa facilidade que apresentavam para a supervisão à distância que, junto com a supervisão direta, também seria feita durante o trabalho de campo. Em cada uma das oficinas houve momentos específicos de treinamento das pesquisadoras: com aplicação de questionários de outras pesquisas e, posteriormente, com o nosso questionário, e de observação e registro de situações sociais. Além disso, definimos os procedimentos de campo e as questões de ética em pesquisa, que resultariam no Manual da Pesquisadora, e definimos que, durante o trabalho de campo, as pesquisadoras receberiam honorários de R\$ 300,00 pelo seu trabalho, já que estariam realizando uma atividade técnica e não política.

O desenho final da pesquisa pode ser assim descrito:

- a) O MMTR/NE escolheu uma localidade rural em cada um dos sete estados do Nordeste.
- b) Em cada área, as pesquisadoras escolheram cinco famílias, obedecendo aos critérios de elegibilidade indicados acima.
- c) Em cada família, todas as pessoas com mais de 18 anos deveriam ser entrevistadas, utilizando-se um questionário com questões abertas e fechadas.
- d) Cada pesquisadora preencheu um questionário autoaplicável, descrevendo a história e as condições atuais de sua localidade.
- e) Todas as famílias deveriam ser observadas por, pelo menos, dois dias inteiros, um durante a semana e um no final da semana, com o objetivo de se descrever as condições de moradia e verificar a distribuição das tarefas produtivas e reprodutivas e o cotidiano da família.

Os instrumentos de pesquisa foram os seguintes:

a) Questionário com 61 questões e dois quadros sobre: identificação pessoal, características da propriedade, trabalho, tarefas e atividades, participação social e política e divisão sexual do trabalho.

b) Roteiro de história e contexto da área, contendo história da comunidade, infraestrutura e serviços básicos, políticas e programas sociais e organização comunitária.

c) Roteiro de observação do cotidiano das famílias, contendo descrição do ambiente físico e humano, atividades de cada membro da família e relação entre os membros da família.

Do ponto de vista ético, deveríamos garantir o sigilo e o anonimato das informações, realizando as entrevistas sem a presença de outras pessoas além da entrevistadora e do/a entrevistado/a, exceção feita a crianças com até dois anos de idade. A participação na pesquisa deveria ser voluntária, devendo a pesquisadora explicar claramente seus objetivos e procedimentos éticos, oferecendo às pessoas a oportunidade de decidir de modo livre e estando plenamente informadas sobre a natureza e processo de sua participação. Utilizamos ainda o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

COLETA DE DADOS E ANÁLISE

Esta etapa refere-se ao trabalho de campo propriamente dito que, no nosso caso, aconteceu de março a junho de 2002. Os materiais da pesquisa foram preparados pela equipe do SOS Corpo e enviados para as pesquisadoras pelo correio. Uma integrante do MMTR/NE e outra do SOS Corpo fizeram a supervisão de campo, visitando todas as áreas de pesquisa durante, pelo menos, dois dias; pequenas dúvidas ou problemas na condução do trabalho foram resolvidos por telefone. Os materiais de pesquisa foram devolvidos ao SOS Corpo também pelo correio e, a partir daí, iniciamos um longo processo de revisão e análise coletiva das informações produzidas, que envolveu três oficinas, uma nova revisão da literatura e o levantamento de dados secundários sobre as regiões envolvidas na pesquisa. No total, foram entrevistadas 158 pessoas, 77 homens e 81 mulheres, que compunham 51 famílias.

A análise final da pesquisa baseou-se em informações advindas das oficinas com as trabalhadoras-pesquisadoras, das reuniões com as-

seessorias do MMTR/NE, do banco de dados construído com as informações do questionário aplicado nas localidades; dos roteiros de observação preenchidos pelas trabalhadoras/pesquisadoras, da história e contexto das localidades escritas pelas trabalhadoras/pesquisadoras, do levantamento de dados secundários e dos diários de campo das trabalhadoras-pesquisadoras.

PLANO DE AÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

O plano de ação é elaborado coletivamente com base nos resultados encontrados na pesquisa e deve orientar a ação para a solução dos problemas identificados na situação investigada, enquanto a divulgação trata de devolver aos participantes os resultados da pesquisa, valorizando a participação de todos/as no processo; serve ainda para construir uma visão de conjunto do processo a todos/as os/as participantes, permitindo a apropriação dos avanços e da aprendizagem produzidos pelo coletivo, envolvendo ainda a divulgação em eventos, seminários, congressos, etc. (THIOLLENT, 1986).

Essas etapas foram discutidas na oficina de devolução de resultados, realizada em outubro de 2003, que contou com a participação de representantes das famílias envolvidas na pesquisa. Foram sugeridas: a realização de uma campanha de valorização da trabalhadora rural e de promoção da igualdade entre mulheres e homens; a produção de materiais educativos diversos, adequados à população rural; a realização de atividades político-educativas e de articulação política sobre os temas de gênero, agricultura familiar e desenvolvimento, junto a diferentes movimentos e organizações que atuem nesses campos e, ainda, subsidiar a discussão sobre mulheres e trabalho no âmbito da reestruturação produtiva.

ÉTICA E TÉCNICA: ALGUNS IMPASSES E SUGESTÕES

Um primeiro olhar sobre o nosso processo de pesquisa chama a atenção para o longo tempo entre o seu início e a sua finalização: quase quatro anos se passaram desde a primeira decisão de realização da pesquisa. Foram muitos os fatores que nos levaram a esse "alongamento" do processo de trabalho, entre os quais não podemos negligenciar de modo algum a própria natureza da pesquisa-ação, um processo interativo, cujo desenvolvimento depende inteiramente da qualidade da interação

entre os sujeitos envolvidos. Vale lembrar ainda que, em nosso caso, esta foi e é uma interação política que, portanto, está sujeita às tensões e aos conflitos próprios da atividade política, os quais não podem ser submetidos às injunções da atividade técnica de pesquisa. Pelo contrário, é esta que, na maior parte das vezes, termina por se amoldar àquela e encontrar o equilíbrio que não comprometesse a qualidade e o rigor nem de uma nem de outra foi o nosso desafio e compromisso do primeiro ao último dia deste trabalho, compartilhado na mesma medida pela equipe do SOS Corpo, pelas assessoras do MMTR/NE e pelas trabalhadoras-pesquisadoras.

Além disso, tivemos que superar dificuldades próprias da população rural residente no Nordeste do Brasil, ali representada pelas trabalhadoras-pesquisadoras, que compartilhavam com as pessoas residentes em suas comunidades o mesmo perfil e as mesmas imensas dificuldades socioeconômicas. Assim é que tivemos que lidar com grandes distâncias e a ausência ou precariedade dos transportes: cada oficina tinha que ser planejada com muita antecedência, de modo que as mulheres pudessem se preparar para a longa viagem — em alguns casos, de mais de um dia — e para o afastamento de casa e das tarefas que lá assumiam, pois, assim como as mulheres entrevistadas, também elas fazem uma dupla ou tripla jornada de trabalho e não contam com esquemas de suporte na sua ausência. Fazer coincidir uma data em que todas pudessem estar juntas foi um exercício de logística que, em alguns momentos, espaçou os nossos encontros em períodos muito maiores do que o desejável.

O calendário agrícola e as vicissitudes climáticas também deram a sua cota de interferência no trabalho, tanto no que se refere às oficinas quanto no que toca à própria realização da pesquisa de campo, já que, por exemplo, em época de colheita não se acharia ninguém em casa para entrevistar ou observar. A necessidade de mantermos o processo coletivo, no entanto, não nos permitiu realizar o campo no melhor período para cada comunidade; em algumas áreas "perdemos" pessoas para a migração temporária ou para o trabalho sazonal. O calendário político do SOS Corpo e do MMTR/NE também dificultou alguns de nossos encontros, por envolver em suas atividades muitas de nossas pesquisadoras.

Os benefícios pessoais trazidos pela pesquisa para as trabalhadoras-pesquisadoras foram significativos, mas não podemos deixar de mencionar que, em função de sua pouca escolaridade, a pesquisa lhes exigiu um considerável e louvável esforço de leitura e redação que, por sua

vez, resultou em uma atividade a mais nas muitas que já desenvolvem, contribuindo não apenas para o indesejável estresse, que já faz parte de suas vidas, como também, ao lhes retirar temporariamente das atividades produtivas, para a redução dos poucos rendimentos auferidos pela família. Essa última dificuldade foi contornada apenas durante o reduzido período de quatro meses de trabalho de campo, através do pagamento de honorários às pesquisadoras; para a participação nas oficinas, o projeto pagava tão somente as suas despesas durante o período de trabalho.

A logística de uma pesquisa como esta, realizada em áreas que distam milhares de quilômetros umas das outras, com consideráveis problemas de comunicação entre si, não é exatamente simples. Nesse sentido, coordenar esta pesquisa foi também um aprendizado para nós, do SOS Corpo, que tivemos de enfrentar o problema da rotatividade de pessoas na nossa equipe, comprometendo a continuidade das ações, o que terminou por gerar pequenos problemas organizativos de ordem interna, especialmente no que toca à condução da análise.

No que se refere à execução das atividades de pesquisa, a principal dificuldade encontrada esteve ligada à quantificação da produção e dos rendimentos: a maior parte das pessoas não sabia responder diretamente a essas questões. Como essa era uma dificuldade que já sabíamos que iríamos encontrar, pela nossa experiência em outras pesquisas semelhantes, orientamos as pesquisadoras a fazer perguntas e cálculos que chegassem o mais próximo possível desses valores. Temos que reconhecer, no entanto, que obtivemos bons resultados apenas em alguns casos, em outros — especialmente nas áreas mais pobres — essa informação não pôde ser produzida, simplesmente porque não tem relevância para as pessoas.

Do ponto de vista da pesquisa propriamente dita, devemos deixar claro que, desde o início e durante todo o trabalho, lidamos com questões ligadas à própria natureza da pesquisa-ação. Trata-se de questões éticas e metodológicas que, naturalmente, não foram criadas por nós, mas que se manifestaram de diferentes maneiras em nosso processo de pesquisa e com as quais decidimos lidar de forma clara e direta, buscando soluções que estivessem imbuídas de nossos princípios éticos e políticos, sem nos afastar do rigor metodológico necessário. A seguir, indicamos algumas destas questões, acrescidas de comentários sobre o modo como lidamos com cada uma delas, entendendo que são respos-

tas provisórias e diretamente articuladas à pesquisa em curso, podendo ser perfeitamente inadequadas a outras situações.

a) Qual o rigor possível em uma pesquisa realizada por pessoas cujo treinamento técnico é limitado?

b) Como ter “controle”, ou vigilância metodológica, nas palavras de Thiollent, sobre o olhar das pesquisadoras, condicionado pelos mesmos valores da comunidade investigada?

c) Como reduzir as possíveis interferências entre a fala dos sujeitos e o registro das pesquisadoras ou, em outras palavras, como garantir que o registro seja o mais próximo possível do falado em uma pesquisa em que a supervisão e o treinamento são limitados?

d) Como lidar eticamente com o fato de que as pesquisadoras trabalham quase voluntariamente, recebendo pagamento apenas para o trabalho de campo?

Algumas formas de minimizar os problemas citados acima foram:

a) Adequação das definições e dos instrumentos de pesquisa ao grau de compreensão das pesquisadoras, de modo que elas pudessem de fato se apropriar deles.

b) Garantia de muitos momentos de discussão, quando o maior espaço de fala era dado às pesquisadoras, para que pudessem nos aproximar de suas formas de compreensão do problema e de seu vocabulário para expressá-lo.

c) Garantia de vários momentos de treinamento direcionado para o uso dos instrumentos e para os procedimentos de campo, de modo a só iniciar o trabalho quando todas nos sentíssemos seguras de que a equipe estava preparada.

d) Procuramos estar permanentemente disponíveis para o acompanhamento das pesquisadoras, de modo a poder resolver os impasses de campo, tão logo eles acontecessem.

e) Pagamento de honorários para a etapa que consideramos “mais técnica”, nos baseando em que as oficinas eram também momentos de

aprendizado para elas – inclusive aprendizado de pesquisa – e no fato de que, sendo este um projeto político de parceria entre o SOS Corpo e o MMTR/NE, esta participação voluntária poderia ser a contrapartida do MMTR/NE para o projeto, já que o SOS Corpo entraria com a totalidade dos recursos financeiros e materiais.

Com isso, acreditamos ter produzido resultados que são capazes de revelar aspectos importantes relacionados à situação das mulheres trabalhadoras rurais nas comunidades estudadas. Foi possível também sistematizar as opiniões das coordenadoras, assessoras e trabalhadoras a respeito dos problemas tratados pela pesquisa, para além de registrarmos e analisarmos o rico processo de interação e aprendizagem que experimentamos ao longo desses quatro anos.

REFERÊNCIAS

DICK, B. Action Research: Action and Research. 2002. Disponível em: <<http://www.scu.edu.au/schools/gcm/ar/arp/aandr.html>> Acesso em janeiro de 2006.

PORTELLA, A. P.; GOUVEIA, T. Ideias e Dinâmicas para Trabalhar com Gênero. Recife: SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, 1998.

_____. et al. Como nossas mães, não!: Escolhas Reprodutivas e a Emergência da Cidadania entre Trabalhadoras Rurais, Trabalhadoras Domésticas e Donas de Casa Brasileiras. In: PETCHESKY, R; JUDD, K. (Orgs.). Negociando Direitos Reprodutivos: Perspectivas das Mulheres em Diferentes Países e Culturas. Recife: SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, 2005.

_____.; CAMURÇA, S. Relatório de Pesquisa: Perfil da Trabalhadora Doméstica no Brasil. Rio de Janeiro/Recife: Comissão Nacional de Trabalhadoras Domésticas, SOS Corpo, Mimeo, 1992.

THIOLLENT, M. Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária. São Paulo: Polis, 1985.

_____. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo: Cortez Ed./Autores Associados, 1986.

ENCHENTES NA MATA SUL DE PERNAMBUCO: AS CONSEQUÊNCIAS PARA AS MULHERES E A ATUAÇÃO DA ARTICULAÇÃO DE MULHERES DA MATA SUL

Alexsandra Bezerra da Silva 1
Juliene Tenório de Albuquerque 2
Vanessa Natália dos Santos 3
Tatianne Amanda Bezerra 4

RESUMO

O presente texto apresenta reflexões sobre os desastres socioambientais e as consequências para as condições de vida das mulheres e a atuação do movimento de mulheres. Tem como base os documentos produzidos da Articulação de Mulheres da Mata Sul (AMMS) que vivenciaram as consequências das enchentes na Mata Sul de Pernambuco, em 2010 e 2011.

Palavras-chave: Enchentes; Mulher; Movimento de Mulheres.

ABSTRACT

This paper presents reflections on the social and environmental disasters and the consequences for the living conditions of women and the

1 Licenciada em História. Integrante da AMMS. Rua Doutor Silas Cabral, 285. Centro. Joaquim Nabuco-PE.

2 Assistente Social. Doutoranda em Serviço Social (UFPE). Integrante do NUPEPS (UFPE). Professora da Faculdade ASCES. Avenida Portugal, 584. Bairro Universitário. Caruaru-PE.

3 Aluna de Serviço Social da Faculdade ASCES.

4 Aluna de Serviço Social da Faculdade ASCES.